http://www.rbhe.sbhe.org.br
p-ISSN: 1519-5902
e-ISSN: 2238-0094
http://dx.doi.org/10.4025/rbhe.v16i2.927

Escolas isoladas e práticas de seriação: experiências híbridas (1929-1949)

Amália Dias*

Resumo: Apresentam-se os resultados da pesquisa acerca dos tipos de escolas primárias existentes no município de Iguaçu, estado do Rio de Janeiro, entre 1929-1949. Com base na análise dos mapas de frequência escolar – ferramenta de inspeção estadual das escolas – foi possível recompor um perfil de escolas primárias existentes na região. A escola isolada predominou como tipo de organização das escolas no munícipio, em áreas tanto rurais quanto urbanas. Essas escolas apresentam, contudo, uma pluralidade de arranjos entre turnos, docentes, alunos, séries e classes que revela uma diversidade de experiências e intercessões com as perspectivas de seriação do ensino e os modos e condições de funcionamento das escolas.

Palavras-chave: escola primária, município, classe escolar

* Doutora em Educação pela Universidade Federal Fluminense. Professora Adjunta de História da Educação da Faculdade de Educação da Baixada Fluminense (FEBF-UERJ, e do Programa de Pós-Graduação em Educação, cultura e comunicação em Periferias Urbanas (PPGECC-UERJ), Duque de Caxias, Rio de Janeiro. E-mail: amaliadias@gmail.com.

Isolated schools and grade-level practices: Hybrid experiments (1929–1949)

Amália Dias

Abstract: We present research results concerning the types of primary schools in the municipality of Iguaçu, Rio de Janeiro, from 1929 to 1949. By analyzing school attendance maps—a state tool for school inspections—it was possible to reconstruct a profile of primary schools in the region. The isolated school was a dominant type of school organization in both rural and urban areas of the municipality. These schools, however, had a plurality of arrangements regarding shifts, teachers, students, grade levels, and classes, revealing a diversity of experiences and intercessions with the perspectives of educational levels and schools operating modes and conditions.

Keywords: elementary schools, municipalities, classes

Escuelas aisladas y prácticas de serialización: experiencias híbridas (1929-1949)

Amália Dias

Resumen: Presentamos resultados de investigación sobre los tipos de escuelas primarias existentes en el municipio de Iguaçu, estado de Rio de Janeiro, entre 1929-1949. A partir del análisis de los mapas de frecuencia escolar – herramienta de inspección estadual de las escuelas – fue posible restituir un perfil de escuelas primarias existentes en la región. La escuela aislada predominó como tipo de organización de las escuelas, tanto en áreas rurales como urbanas del municipio. Estas escuelas presentan, sin embargo, una pluralidad de disposiciones entre turnos, docentes, alumnos, series y clases, que revela una diversidad de experiencias e intersecciones con las perspectivas de serialización de la enseñanza y los modos y condiciones de funcionamiento de las escuelas.

Palabras clave: escuela primaria, municipio, clase escolar

Introdução

O município de Iguaçu, no estado do Rio de Janeiro, apresentou uma significativa expansão na oferta de escolas primárias nas primeiras décadas republicanas. No mesmo período, os usos de seu território foram caracterizados por atividades de cultivo, beneficiamento e exportação de laranjas e pelo processo de loteamentos urbanos em áreas limítrofes ao Distrito Federal[1].

Foi relevante a participação municipal na instituição de escolas regulares na localidade. Se, em 1893, o município possuía apenas uma escola municipal e 15 escolas estaduais (não se sabe o número de escolas particulares), em 1920, contava com 9 escolas municipais. Em 1928, a ação municipal era ressaltada no relatório do Diretor da Instrução Pública, que apontava a existência de 14 escolas municipais. Em 1933, havia 33 escolas municipais e 40 escolas singulares mantidas pela administração estadual, sendo 4 subvencionadas e 1 grupo escolar. Em 1934, o município ocupava no Estado o 4º lugar em número de escolas municipais. Em 1948, a rede escolar era formada por 100 escolas municipais, 20 estaduais, além de 3 grupos escolares e muitas escolas particulares, o que, segundo o prefeito Sebastião de Arruda Negreiros, justificava o apelido por ele conferido ao munícipio de 'Atenas Fluminense'. Havia ainda escolas e cursos particulares de ensino secundário, subvencionados pela prefeitura desde a década de 1930 (Dias, 2014).

Contudo, para além da ação municipal, o empenho em recuperar o processo de instituição de uma rede de escolas primárias que estava entre as maiores do Estado fluminense desde final da década de 1920 trouxe para a análise a atuação das agências do governo estadual na institucionalização e fiscalização das escolas. Parte do universo de escolas primárias existente nos municípios desse estado pode ser conhecida pelos mapas de frequência do serviço de inspeção estadual. Tais mapas consistiam em documentos impressos e preenchidos pelos professores

[1] Ao longo do texto, conforme o período a que se refere, utiliza-se Iguaçu para o município (até 1938) e Nova Iguaçu para o distrito sede (a partir de 1916). Todo o município passaria à denominação de Nova Iguaçu, provisoriamente pelo Decreto-lei nº 392-A, de 31 de março de 1938 e definitivamente a partir da reforma da divisão territorial do estado do Rio de Janeiro, pelo Decreto nº 641 de 15 de dezembro de 1939 (Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro- APERJ, 1938-1939).

regentes das escolas, conforme informações requeridas em seus diversos campos. Os mapas deveriam ser enviados mensalmente aos inspetores do ensino da respectiva região escolar em que se inseria o município.

O mapa de frequência de alunos e de professores era uma ferramenta dos serviços de inspeção e de estatística do ensino desde o século XIX (Vidal, 2008). A escala de análise adotada pela perspectiva dos governos do estado do Rio de Janeiro, desde a Primeira República, demonstra o esforço dos dirigentes em produzir dados por meio da fiscalização do ensino. As informações sobre matrícula e frequência coletadas nesses mapas pelo serviço de inspeção condicionavam tanto o fechamento ou a manutenção de uma escola quanto a criação de mais turnos ou escolas em um lugar.

Os serviços de inspeção e atos normativos do ensino, os regimentos e a constituição do professorado, dentre outros, foram sendo gestados concomitantemente ao processo de institucionalização da rede de escolas. As sucessivas reformas do ensino primário e a ação dos inspetores iam constituindo e mediando o processo de disseminação da escola primária. Dialeticamente, os resultados colhidos no serviço de inspeção, por meio do qual o Estado estabelecia mecanismos de controle dos modos de expansão da escola, também atestavam os impasses, as contradições do processo, os problemas surgidos, as burlas e ocorrências não previstas, incitando a elaboração de novas estratégias por parte das agências estatais.

No acervo de mapas de frequência escolar do Fundo Departamento de Educação (FDE), consultado no Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ), com datas que vão de 1926 a 1950, estão disponíveis os dossiês das escolas de cada município. No entanto, os dossiês não podem ser considerados como expressão da totalidade de escolas existentes em cada município. Existem também os limites, as omissões e as negligências do próprio serviço de fiscalização, assim como os problemas de conservação desse acervo documental. Além dessas condições, parece fundamental tomar distância da finalidade deste tipo de fonte, impregnada por um esforço de produzir um efeito de verdade, ao dispor informações que pretendem mensurar e fiscalizar o desenvolvimento da rede escolar em todo o estado.

Tanto as agências de governo quantos os docentes, inspetores e funcionários que lidavam com esses mapas estavam vinculados ao objetivo de sua produção. Dessa forma, o preenchimento também seguia normas, estabelecidas tanto pelas informações definidas nos campos a

preencher quanto pelos efeitos que se esperava produzir ou ocultar com o preenchimento e a análise das respostas. Dado que a matrícula e a frequência de alunos eram índices para avaliar a manutenção de uma escola e dos seus professores em dada localidade, devem-se presumir os interesses dos docentes e dos inspetores na oferta dessas informações.

Os mapas de frequência analisados apresentam formatos diferentes ao longo dos anos. Crescem em tamanho físico, adquirem campos no verso, além de apresentar mais dados a preencher. Os professores deixam de utilizar as margens para inserir pequenas informações, servindo-se do campo 'Observações' no verso do mapa de frequência dos adjuntos para registrar acontecimentos ocorridos na escola, justificar baixas de frequência, informar a movimentação dos professores (posses, licenças, transferências etc.). Parte desses registros era obrigatória, outros acréscimos eram recursos de comunicação utilizados pelos docentes.

O objetivo deste artigo é, com base no cruzamento de informações dos campos dos mapas e na análise comparada entre as notações, analisar o perfil de escolas existentes na região e os modos de organização do ensino primário, dando a ver a importância da escola isolada no processo de institucionalização da escola primária no estado do Rio de Janeiro. O interesse em examinar a constituição de uma 'rede' de instituições é motivado pela possibilidade de serem conhecidos aspectos da instalação, distribuição, organização e funcionamento das escolas, em consonância com o programa de pesquisa sobre os processos de escolarização proposto por Faria Filho e Bertucci (2009). O exame da documentação permite sustentar que experiências diversificadas caracterizaram o processo de institucionalização da escola primária e que as noções de série, classe, seriação e graduação do ensino estavam submetidas a diferentes apropriações nas escolas isoladas.

Agências e instâncias na oferta do ensino primário

O Fundo Departamento de Educação apresentava para o município de Iguaçu, quando a documentação foi pesquisada, 136 códigos de referência que correspondem a uma notação para cada conjunto de mapas de frequência. Observa-se que existem mapas somente a partir de maio de 1929, nos quais se observa um padrão repetitivo de lacunas. Além disso, não é correto afirmar que se tratam de 136 escolas, seja porque há notações que se referem a seções de ensino dentro de uma mesma escola seja porque, ao longo da pesquisa, observaram-se fusões, desmembramentos e arranjos entre unidades de ensino.

O cabeçalho dos mapas de cada notação contém localização (endereço) e o tipo de escola (primária, mista, municipal, estadual, isolada, etc.), tornando possível identificar ou inferir quais agências participavam na oferta do ensino primário regular nos municípios do estado, assim como a localização das escolas por distritos do município de Iguaçu.

No campo de identificação da escola, os descritores 'pública' ou 'subvencionada', 'mista', 'feminina' ou 'masculina', um número e a localização (estação de trem, praça, rua, etc.) iam compondo a 'nomeação' da escola. Em poucos casos, era preenchido o campo 'Denominação Especial', no qual as escolas passavam a ostentar o nome de alguma personalidade.

Para muitos casos, nos anos iniciais da documentação, os descritores 'primária, pública, mista', etc. não esclareciam se eram escolas estaduais ou municipais. A menção do descritor 'estadual', quando constava na documentação de anos posteriores, leva a inferir que a escola era estadual desde o início da documentação. Quando, nos mapas de uma escola 'pública', mesmo em anos posteriores, não constava o registro de estadual ou municipal, a numeração atribuída à escola em um dado ano era comparada com a numeração das outras escolas estaduais e municipais no mesmo ano, para verificar alguma lógica de sucessão entre os números. Isso porque foi percebido na legislação que a atribuição de um número se referia à distribuição de escolas da mesma rede em um mesmo município.

Em outras ocorrências, o registro de professoras catedráticas no quadro de adjuntos também indicava que se tratava de escola pública. Além disso, a presença da mesma professora em outras escolas municipais ou estaduais agregou pistas sobre a identificação da escola.

Todos os recursos metodológicos anteriormente mencionados foram por vezes utilizados concomitantemente, seja pela necessidade de conhecer os tipos de escolas primárias, ainda que de modo incompleto, seja pelos riscos de atribuições feitas na pesquisa. Situar a distribuição espacial da escola também foi relativamente difícil, em razão das mudanças de distritos ao longo dos anos, das revisões de limites etc., mas cada escola só foi classificada, na metodologia estabelecida, uma única vez.

As mudanças registradas nos endereços das escolas, frequentes em diversas notações, indicam que havia mobilidade dos locais de ensino, o que, provavelmente, repercutia nos números de matrícula e nas formas de organização dos turnos e das classes. Ademais, as mudanças de nomenclatura de várias escolas não implicavam necessariamente mudança

na seriação do curso primário. Isto é, verificou-se que nem sempre acontecia alteração imediata no quadro da organização dos turnos e séries quando havia mudanças no campo de classificação da escola.

Depois de organizar os dados contidos nas 136 notações de localização e órgão responsável, foi possível distinguir as notações referentes a escolas localizadas no distrito sede e a escolas localizadas nos demais distritos, assim como a classificação delas:

Tabela 1 - Atribuições de notações quanto à localização e classificação (1929-1949)

Atribuições de notações quanto à localização e classificação					
Distritos	Municipal	Estadual	Subvencionada	Sem classificação do órgão responsável	Total de notações por distrito
Distrito sede	25	24	8	(1) 02665	**58**
2º	5	2			7
3º	4	5			9
4º	15	13	5		**33**
5º	7				7
6º	2				2
7º	3	7	1		**11**
8º	2	3	2		7
9º		1			1
Sem localização de distrito	1				1
Total de notações por classificação	63	56	16	1	136

Fonte: Elaborada com base nos mapas de frequência do Fundo Departamento de Educação, município de Nova Iguaçu, notações 02629 a 02764 (Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ).

Como se observa na Tabela 1, 58 notações referem-se a seções de ensino, turnos ou escolas localizados no distrito sede; em uma notação não foi identificada a localização em distrito; as demais, 77, referiam-se a localizações nos outros distritos do município. Mesmo não havendo correspondência entre escola (enquanto unidade de ensino) e notação (que, em alguns casos, referia-se a uma seção de ensino dentre outras da instituição), é possível concluir, com base nessa documentação, comparativamente, que a maior localização de escolas ocorria no distrito sede.

Na identificação do distrito, foi mantido o número do distrito registrado no mapa inicial de cada dossiê. Na Tabela 1, portanto, não foram consideradas as mudanças na configuração dos distritos[2]: o empenho foi precisar em todo o período quais escolas foram mantidas no distrito sede. É preciso lembrar que a ausência de identificação do tipo de escola na documentação do Fundo não significa sua inexistência na região. Deve ser ponderada, pelas lacunas do serviço de inspeção, a presença menor de mapas de frequência de escolas subvencionadas ou particulares.

Entre 1929-1949, das 58 notações do Distrito sede, 8 se referem a escolas subvencionadas, 25, a escolas municipais e 24, a estaduais. Para os demais distritos, há 8 notações de escolas subvencionadas, 38 de municipais e 31 de estaduais. Por essas informações, em um quadro geral (não foi feita análise ano a ano), observa-se certo equilíbrio no número de notações da ação municipal e estadual. É fundamental ressaltar, porém, que as informações apresentadas não abrangem toda a rede de escolas primárias do município e também que não foi realizada uma análise diacrônica nem sincrônica da evolução desse fragmento da rede escolar.

Tendo organizado os dados contidos nos mapas de frequência, chegou-se à classificação das notações pelos demais distritos do município: maior número de notações para o 4º (33 notações) e o 7º distrito (11 notações). Essas regiões correspondem às localidades de São Mateus, Eden, Tomazinho, Vila Meriti (Caxias), Coelho da Rocha e

[2] Os nove distritos apresentados na tabela não correspondem às mudanças na divisão administrativa que ocorreram entre 1929 e 1949, tendo ocorrido, neste período, emancipações de algumas localidades. Por exemplo, em 1931, parte do Distrito de Meriti tornou-se o 8º Distrito do município, com o nome Caxias. O distrito de Caxias foi emancipado em 1943, compondo o município de Duque de Caxias e integrando em seu território São João de Meriti. Em 1947, essa localidade também se emancipou, juntamente com o distrito de Nilópolis.

Nilópolis, ou seja, às áreas de maior densidade populacional do município, juntamente com o distrito sede, como se observa na Tabela 2. Naquele período, essas regiões, limítrofes ao Distrito Federal, sofriam o intenso processo de loteamentos e venda de terrenos para habitações populares.

Tabela 2 - População do município de Iguaçu, 1940

Nova Iguaçu	População	Urbana e suburbana	Rural
Nova Iguaçu	**34.680**	**20.598**	**14.082**
Belfor Roxo	7.434	4.051	3.383
Bonfim	1.232	61	1.171
Cava	3.048	455	2.593
Caxias	**24.711**	**23.707**	**1.004**
Estrela	3.617	256	3.361
Meriti	**39.569**	**38.194**	**1.375**
Nilópolis	**22.341**	**22.341**	**_**
Queimados	3.974	1.016	2.958
Total:	**140.606**	**110.679**	**29.927**

Fonte: Anuário Geográfico do Estado do Rio de Janeiro (1948, p. 17, grifo nosso).

Embora considerando as dificuldades para a inspeção do ensino subvencionado e particular e também que é pouco conclusivo contabilizar o número de instituições registradas na documentação do APERJ, entende-se que é relevante a desproporção entre a incidência de escolas subvencionadas e/ou particulares e as escolas 'públicas' (no sentido estatal) de ensino primário em Iguaçu. Em primeiro lugar, cabe sustentar que foi mais assídua a fiscalização dos estabelecimentos de ensino público. Em segundo lugar, que o ensino público ofertado em escolas isoladas também predominou no modo de disseminação da escola primária para o estado do Rio de Janeiro (Schueler, 2010).

Além da distribuição das escolas pelo município e das agências presentes na oferta de escolas, os mapas de frequência contêm dados sobre a distribuição dos alunos, dos professores, dos turnos e das séries do ensino. Ao se observar, em cada notação, como se configuraram essas variáveis, foram encontradas algumas possibilidades de compreensão das

experiências de escolarização em Iguaçu. A escola isolada pública – municipal ou estadual – foi o principal tipo de escola do município de Iguaçu, em áreas tanto rurais quanto urbanas. O exame da distribuição dos alunos em séries e classes aponta a predominância de escolas isoladas de 1º e 2º graus no município, tanto no distrito sede quanto nos demais, com uma ocupação maior de classes e de alunos na 1ª série. As escolas isoladas de Iguaçu ofereciam até a 2ª ou 3ª série do ensino primário; existiram também alguns grupos escolares, jardins de infância e seções profissionais anexas a tais grupos escolares.

Porém, em razão de diversas situações encontradas, ressalta-se a composição híbrida dessas escolas isoladas. A maioria delas apresentava características do modelo seriado, funcionava em turnos, classificava os alunos por série e idade escolar, possuía mais de um professor. Interessante notar que a classe era utilizada como núcleo de ordenação da seriação do ensino nas escolas isoladas, ainda que a correspondência classe-professor-sala de aula não fosse a regra das escolas em Iguaçu. Esses resultados, conforme será demonstrado, agregam subsídios ao debate historiográfico sobre a importância das escolas isoladas nos processos de expansão da escola primária nas primeiras décadas republicanas.

Experiências híbridas

Os dados sobre os modos de organização das escolas, quanto a denominação e funcionamento, descortinam as variáveis de composição das escolas primárias em Iguaçu nas décadas de 1930 e 1940. Para os efeitos desta narrativa e da argumentação, serão apresentados apenas alguns exemplos, sintomáticos de situações recorrentes encontradas na análise da documentação do Fundo Departamento de Educação.

Cabe ressaltar a defasagem entre a organização do ensino pressuposta pelos campos de preenchimento nos mapas, cuja autoria é da administração governamental, e a diversidade de situações descobertas nas informações fornecidas pelos professores. Por outro lado, da semelhança de algumas ocorrências, por notação, emergem certas características do processo de institucionalização da escola primária no município.

Em um primeiro exercício, a compreensão dos tipos de escola que aparecem nos mapas foi cotejada com os regulamentos do ensino primário no estado, conforme o ano do mapa. Constatou-se que as mudanças nas denominações das escolas sinalizavam as transformações ocorridas nas sucessivas reformas do ensino empreendidas no período.

Nos termos da reforma do ensino de 1925, a distinção entre escola de 1º grau e escola de 2º grau consistia na seriação do ensino ofertado. O grau elementar era ministrado em escolas de 1º grau, com duas séries; o grau médio era ministrado em escolas de 2º grau, com três séries; as escolas de 3º grau eram equipadas com o curso integral, de 5 séries de ensino (grupos escolares). Em 1927, os estabelecimentos de 1º e 2º graus formavam as escolas elementares, ou ainda, escolas isoladas. Na reforma da instrução pública primária de 1929, foi mantida a distinção entre escolas de 1º grau e escolas de 2º grau e se atribuiu aos grupos escolares a oferta do ensino primário completo (Dias, 2014).

Por exemplo, em 1929, a escola mista de '1º grau' de Bomfim, nº 34, tinha sede no 5º distrito do município de Iguaçu (FDE, 02644). Em maio de 1931, localizava-se em Rancho Novo, no mesmo distrito, com classes de 1ª e 2ª séries e 23 alunos. Em março de 1932, funcionava com 3 classes de 1ª série e com um total de 57 alunos. Em 1935, possuía 27 alunos, distribuídos entre 3 classes de 1ª série e 1 classe de 2ª série, formada esta por 2 alunas. Em março de 1937, era identificada como Escola Mista de '2º grau' de Nova Iguaçu, nº 6, e passava a ofertar também a 3ª série do ensino (FDE, 02644).

Em 1937, a escola mista de Nova Iguaçu nº 34 era designada como escola isolada de 2º grau nº 6, (FDE, 02644). A classificação de 'isolada', conforme a reforma de 1936, referia-se a escolas do ensino primário com até 3 séries de ensino, enquanto os grupos escolares funcionavam com 5 séries (Abreu, 1955). Em 1937, foi registrada essa mudança no campo de identificação das escolas também em outras notações. Desde outubro de 1940, a escola isolada nº 6 ampliou o funcionamento para 2 turnos, com a chegada de uma professora adjunta. A menção 'estadual' apareceu nos mapas a partir de 1944, ainda que tivesse sido mantida a designação 'isolada' até 1947, quando o cabeçalho passou a indicar 'Escolas Reunidas nº 6', com a informação de que o ano foi iniciado com 84 alunos, distribuídos entre as 3 primeiras séries do ensino (FDE, 02644).

A denominação 'escola reunida' foi prevista na Lei Orgânica Estadual do Ensino Primário de 1946 como um tipo de estabelecimento que atenderia de duas e quatro turmas, cada uma com um docente e com oferta do curso elementar (4 séries do ensino). Já a escola isolada, ofertaria o curso elementar, mas com apenas uma turma a cargo de um professor. Essa classificação poderia mudar: caso uma escola 'isolada' recebesse mais um docente, passava a ser considerada 'reunida' e, se voltasse a ter

apenas um regente, também voltava à condição de 'isolada' (Abreu, 1955). Essa variação da nomenclatura foi observada em diversas escolas em Iguaçu.

A partir da Lei Orgânica Estadual do Ensino Primário, que ampliou a grade do ensino primário de escolas elementares de 3 séries (conforme Regulamento de 1936) para 4 séries (Abreu, 1955), algumas escolas em Iguaçu matricularam alunos na 4ª série nos anos de 1947-1949[3].

No estado do Rio, a adoção da seriação e a configuração do ensino primário como um 'curso graduado' estavam previstas na reforma de 1929. Em outros estados do país, a seriação do ensino e a classificação homogênea dos alunos em classes, por idade e nível de conhecimento, pautavam as principais mudanças em curso na configuração administrativa e pedagógica da escola primária. É interessante notar que o termo 'classe' adquirira novas conotações nos debates sobre a organização das escolas primárias desde fins do séc. XIX.

Na Europa, desde fins do século XVIII, e no Brasil, desde o século XIX, o termo *classe* aparecia nas propostas de aplicação dos métodos de ensino na educação elementar, sobretudo nos debates sobre o método mútuo (Lesage, 1999). Durante o séc. XIX, a definição de programas e currículos escolares esteve relacionada "[...] à organização e à utilização dos tempos escolares e, daí, com os métodos pedagógicos, ou, mais especificamente, com a organização das turmas e das classes" (Faria Filho, 2007, p. 149).

Os debates sobre o método mútuo vincularam sua aplicação aos modos de disposição dos alunos em classes (Faria Filho, 2007). Nesse método, os alunos eram agrupados conforme a disciplina e o nível de conhecimento em que estavam, sem critérios de organização pela idade: "[...] a atribuição a uma classe é unicamente resultado do nível de conhecimento" (Lesage, 1999, p. 13). As classes em que se dividia a escola deveriam ser percorridas pelo aluno, mas este poderia cursar mais de uma classe, ficando em posições diferentes em cada uma, conforme seu nível de conhecimento. Como todas as classes funcionavam distribuídas em espaço contíguo, por vezes em grande galpão ou celeiro, não havia relação entre classe e arquitetura (Lesage, 1999).

[3] Por exemplo, 02665 (1947, 1949); 02711 (1947); 02692 (1949); 02706 (1947) (Arquivo Público do Estado do rio de Janeiro- APERJ. Fundo Departamento de Educação).

À medida que se avolumavam as propostas pedagógicas, os métodos de ensino, o mobiliário, os utensílios e os materiais impressos, destinados a imprimir maior resultado às relações de ensino-aprendizagem na escola, amadurecia a concepção de que era necessária a construção de um espaço adequado para o funcionamento da escola.

Esse processo ecoaria sobre os modos de entendimento e de organização das classes e séries do ensino nos diversos tipos de instituições escolares. Em fins do século XIX, os grupos escolares espelhavam as tentativas de atender a essas demandas e o esforço por instituir um novo modelo de escola primária em face do advento da República (Faria Filho, 2007). Os grupos escolares colocaram em circulação "[...] o modelo definitivo da educação do século XIX: o das escolas seriadas" (Faria Filho, 2007, p. 147).

Sobre a criação de grupos escolares em Minas Gerais, Faria Filho ressalta que, em termos de reorganização dos modos de funcionamento da escola, a principal mudança era relacionada à disposição dos alunos em turmas, classes ou aulas em um mesmo ano do curso, o que estabelecia condições para o ensino simultâneo (Faria Filho, 2000). A homogeneização dos alunos pela graduação do ensino era uma aposta que visava a aprendizagem mais rápida e eficiente. Contudo, para se tornar um meio efetivo de organização dos grupos, essa mudança precisou ser compreendida, implantada, defendida. Os termos escola, cadeira, turma, classe e aula eram apropriados de modos distintos, sem a precisão com que são conhecidos atualmente (Faria Filho, 2000). Descrições sobre a organização das turmas, classes e aulas demonstram diferenças de significado e mesmo de organização entre os grupos escolares. Contudo, o termo classe "[...] era o que mais parecia identificar o esforço de homogeneização que se realizava" (Faria Filho, 2000, p. 155), havendo expressivas recomendações para que as classes fossem introduzidas e abrigassem alunos do mesmo ano do curso. A homogeneização recaía, também, na prescrição de separar em classes, e até em turnos, meninos e meninas (Faria Filho, 2000).

No Fundo Departamento de Educação, todos os mapas de frequência pautavam-se na seriação do ensino, solicitando informações sobre a distribuição dos alunos por idade e série, por classe e turno. Nessa perspectiva de análise, os mapas de frequência são fontes importantes, reveladoras das apropriações, pelas escolas isoladas do estado do Rio de

Janeiro, dos termos ‘classe, série, turno’, em face da implantação do novo regime de organização das escolas e de classificação dos alunos.

Em Iguaçu, a comparação entre os mapas, no que diz respeito à movimentação de alunos por classes, séries e turnos, ingresso mensal de novos alunos, exclusão de outros tantos, mudanças no quadro docente, chegada, saída ou licenciamento de professores, mostra um cotidiano diversificado, de bastante mobilidade na organização das escolas primárias. Os quadros de adjuntos, os turnos, as séries e as classe eram variáveis, agregados de diferentes modos, comprovando a coexistência de tipos diferentes de escolas. Essas alterações evidenciam um momento de construção da escola primária, da experimentação de modos de funcionamento, das possibilidades dos professores, dos alunos, do uso dos prédios alugados, das condições de acesso e transporte a diferentes localidades da região.

Observam-se, na sequência, algumas combinações entre quadro de adjuntos, turnos, séries e classes em escolas do distrito sede. Nessas situações, ainda que os campos do mapa estivessem dispostos de forma que o professor informasse, separadamente, a organização dos turnos, das séries, das classes e da idade escolar dos alunos, o efeito de seriação nele implícito poderia não corresponder de fato ao cotidiano da escola.

São poucos os mapas da escola pública primária municipal de 1º grau de Rancho Novo de junho a novembro de 1933 e, depois, de maio de 1935. Em 1933, a escola, de denominação especial José dos Reis, abrigou, em um turno, de 38 a 40 alunos em 3 classes de 1ª série, e, em 1935, novamente, 38 alunos em 3 classes de 1ª série e 1 classe de 2ª série do ensino primário (FDE, 02679). A professora Lais de Carvalho Cartago lecionava nessa escola, sem adjuntos. Portanto, lecionava para mais de uma classe, no mesmo turno, sendo maior o número de classes e de alunos de primeira série.

Na escola mista de 2º grau nº 1(FDE, 02710), entre 1929 e 1935, havia 3 classes de primeira série, oscilando a oferta entre uma e duas classes de 2ª e 3ª séries. Entre 1929 e 1938, a escola foi regida apenas pela professora Celina de Rezende Silva[4]. Deve-se considerar, ainda, que não havia um número fixo de distribuição de alunos. Mesmo quando havia uma classe para cada série (como aconteceu no funcionamento do 1º turno em 1943), geralmente era maior o número de alunos na 1ª série.

[4] Celina de Rezende Silva Figueiredo, a partir do mapa de 04/1931.

A escola 'mixta da cidade' de 2º grau, nº 2, entre 1931 e 1947, funcionou várias vezes em mais de um turno, oferecendo até a 3ª série e agregando, desde 1929, de 3 a 4 docentes. Apenas no ano de 1947 teve alunos de 4ª série. Esta escola também apresentou um número maior de classes de 1ª série. Por exemplo, entre 1929 e 1932, os anos letivos começaram com 3 classes de 1ª, 2 ou 1 classes de 2ª série e 1 classe de 3ª série (FDE, 02711). Em 1944 e 1946, a escola foi classificada como 'estadual' e 'isolada' e, em março de 1947, 'reunida nº 2'. A existência de mais de um docente e de um turno aponta para uma diversidade nos modos de organização das escolas isoladas.

Na escola mista de 2º grau nº 3, entre 1931 e 1935, todos os anos letivos se iniciaram com 4 classes de 1ª série, 2 classes de 2ª e 1 classe de 3ª série. Entre 1937 e 1947, a escola sempre acolheu mais classes de 1ª série (FDE, 02712). Desde 1929, a escola funcionava com uma professora catedrática acompanhada de professoras adjuntas e geralmente ofertava aulas em mais de um turno, o que permite inferir a distribuição de séries e classes entre as docentes.

Os mapas de 1929 e 1931 da escola mista de 2º grau nº 4 de Nova Iguaçu apresentam classes de alunos da 1ª a 3ª série. Entre março e maio de 1931, foi acrescida uma classe à 1ª série, continuando a existir 2 classes de 2ª série e 1 classe de 3ª. As classes estavam sob a regência de uma única professora catedrática. Tanto nessa como em outras escolas de áreas urbanas ou rurais, ocorreu o aumento da matrícula nos primeiros meses do ano e um esvaziamento nos meses finais do primeiro e do segundo semestre (FDE, 02713).

A escola municipal situada em Rocha Sobrinho (FDE, 02732) reúne mapas de 1944-1948. Nesse intervalo, a escola funcionou no 2º turno, sob a regência de uma única professora. Em março de 1944, abrigava 20 alunos em 2 classes de 1ª série, e, em março de 1947, ofertava 1ª, 2ª, 3ª e 4ª séries com 46 alunos no total. Contudo, em 1948, no começo do ano letivo, só havia classes de 1ª e 2ª séries, com 52 alunos, o que também demonstra as flutuações que ocorriam na organização das escolas, conforme o número de matrículas e a classificação dos alunos.

Da escola municipal Ministro Rodrigo Otávio, situada em Austin, há mapas de 1944 a 1949. Entre 1944 e 1946, funcionou geralmente em 2 turnos com 2 professoras. Em março de 1946, a escola funcionava com 1 classe de 1ª série em cada turno. Em 1948 e 1949, estava aberta em 3

turnos, com alunos nas 4 primeiras séries do ensino e com três professoras (FDE, 02692).

A escola mista de 2º grau da localidade do 'K-11', em 1947, inscrevia alunos na 4ª série desde o começo do ano letivo, tendo iniciado todos os anos, entre 1931 e 1946, com classes de 1ª e 2ª séries e, ocasionalmente, de 3ª série. Era escola mista de 2º grau entre 1931 e 1935; em 1937, foi identificada como isolada e sediada em uma rua da área central do distrito sede. Entre 1931 e 1946, essa escola geralmente funcionou com mais de uma docente e em mais de um turno (FDE, 02706). Tanto essa quanto a escola anteriormente descrita mostram que uma escola isolada podia abrigar mais de um docente e funcionar em mais de um turno.

Dessa forma, conforme os exemplos retirados da documentação, havia escolas isoladas mistas de 1º e 2º graus que funcionavam em um único turno, com classes de séries distintas e sob a regência de uma mesma professora; escolas isoladas que funcionavam em mais de um turno, sob a regência de uma mesma professora; escolas isoladas que funcionavam em um único turno, com mais de uma docente; escolas isoladas que funcionavam em até três turnos, com mais de uma docente. O termo 'isolada', portanto, correspondia a diversas experiências de organização de turnos, séries e classes, assim como de lotação de professores.

Em Iguaçu, além das escolas isoladas de 1º e 2º graus, seis notações referem-se a escolas noturnas existentes no distrito sede; no restante do município, foram localizadas quatro escolas noturnas em Nilópolis e nas localidades de São Mateus e Tomazinho, áreas populosas do município. Frequentemente, estas escolas ofereciam até a 3ª série do ensino primário.

Se o exame da distribuição dos alunos em séries e classes, conforme consta nos mapas de frequência, aponta a predominância de escolas isoladas de 1º e 2º graus no município de Iguaçu, tanto no distrito sede quanto nos demais (mesmo nas áreas de loteamentos urbanos), com uma ocupação maior de classes e de alunos de 1ª série, o Grupo Escolar Rangel Pestana (FDE, 02715) representou a escola de graduação completa da região.

Há um conjunto de notações no Fundo Departamento de Educação que remetem ao Grupo Escolar situado no distrito sede. Inicialmente, conforme mapa de 1929, a escola mista de 2º grau nº 6 oferecia até a 3ª série, com o número de 327 alunos, uma catedrática e 5 adjuntos,

funcionando em 2 turnos. É uma estrutura de relevo, comparada à das demais escolas, mesmo as situadas no centro do distrito sede.

No ano de 1931, sob a regência da mesma professora de 1929 – Venina Corrêa Torres– a instituição foi denominada de Grupo Escolar de Nova Iguaçu, situado no distrito sede, com 350 alunos. Venina Corrêa foi a diretora da instituição entre 1929 e 1945, restando apenas um mapa por ela assinado em 1946.

De acordo com a estrutura prevista pela legislação, o grupo escolar abrigava as 5 séries do ensino primário. No Grupo Escolar de Nova Iguaçu, o maior ingresso de alunos continuou sendo na 1ª série, em comparação com os registros de alunos nas demais séries do ensino primário. Em 1932, recebeu a denominação especial Grupo Escolar Rangel Pestana. Entre 1942 e 1947, funcionou na rua Marechal Floriano, nº 2476, e, em 1949, estava instalado na rua 13 de maio s/n. (FDE, 02715). Ambos os endereços são centrais no núcleo urbano do distrito sede.

O exame da distribuição das séries e classes denota uma estrutura maior do que a das demais escolas, seja pelo contingente de alunos e de professores seja pelo funcionamento em 2 a 3 turnos. Durante os anos de 1942 e 1943, o Grupo Escolar comportou de 12 a 13 classes e, no período de 1944 a1947, cresceu para 15 a 16 classes e pouco mais de 500 alunos. Chegou a abrigar 31 classes e pouco mais de 1.000 alunos em 1949 (FDE, 02715).

A comparação entre o Grupo Escolar Rangel Pestana e outras escolas contemporâneas a ele no mesmo distrito, embora evidencie pontos em comum, demarca também experiências diferentes de escola primária. As diferenças se destacam não apenas pela distinção na oferta do curso primário completo, mas também pelo volume de alunos que parece ter atraído, como por, provavelmente, ter recebido os egressos da 3ª série das demais escolas e ainda pelo que representava enquanto escola-modelo. O quadro de docentes e funcionários lotados no grupo escolar era mais volumoso, com a presença de pessoas encarregadas, por exemplo, da merenda e da biblioteca escolar.

No município de Iguaçu, com base nos mapas de frequência, foram localizadas outras escolas transformadas em grupos escolares criados durante as décadas de 1930 e 1940, em áreas de grande densidade populacional do município. Desse modo, entre 136 códigos de referência, apenas quatro dizem respeito a grupos escolares, sendo dois estaduais e dois municipais (outras quatro notações referem-se a seções anexas ao

Grupo Escolar Rangel Pestana). Ainda que o acervo dos mapas recolhidos não corresponda à totalidade das instituições de ensino primário do município naquele período, a presença de grupos escolares é de pouca expressão, se comparada à de escolas isoladas.

Alessandra Schueler (2010) observa que, mesmo que a escola isolada ou singular correspondesse ao maior volume de unidades de ensino e matrículas no ensino primário, o modelo do grupo escolar inspirava os horizontes das sucessivas administrações estaduais no Rio de Janeiro. As frequentes reformas na instrução pública primária pretendiam sanar os problemas que dificultavam o funcionamento regular das escolas, a matrícula e a frequência dos alunos, a oferta e a qualidade da instrução ofertada. No entanto, as mesmas mensagens atestavam a continuidade de um diagnóstico que não atendia às expectativas de difusão do modelo de escola graduada, tampouco das escolas isoladas (Schueler, 2010).

No estado do Rio de Janeiro, a expansão da instrução primária, além de ter contado com a predominância da ação estadual, também ocorreu quantitativamente pelo aumento de matrículas nas escolas isoladas, superior ao contingente de alunos acolhidos em grupos escolares: "De forma majoritária, as escolas isoladas continuaram a se expandir no território fluminense, recebendo a maior quantidade de matrículas, o que corresponde inclusive às características de densidade demográfica regional" (Schueler, 2010, p. 547).

Ainda que houvesse um consenso nos estados quanto à importância do grupo escolar para a modernização do ensino, os custos do empreendimento restringiram sua implantação, de forma que São Paulo e Minas Gerais, estados com prosperidade econômica no período, é que foram pioneiros em sua adoção (Souza & Faria Filho, 2006). Em outros estados, a difusão da escola primária ocorrida no mesmo período foi pautada pela expansão das escolas isoladas e outros tipos de instituições, como as escolas reunidas: "[...] é preciso, portanto, reconhecer o papel preponderante e central desempenhado por essas escolas primárias na disseminação da instrução elementar na primeira metade do século XX" (Souza & Faria Filho, 2006, p. 31).

Vértices da seriação do ensino: sujeitos, tempos e espaços

Além da graduação do ensino prevista pelos regulamentos do ensino primário e das alterações nas classificações das escolas (o que permitia acrescentar ou reduzir a oferta de séries), outras dinâmicas configuravam o funcionamento das escolas. Quando se observa a distribuição das turmas

entre os professores, ou a agregação de várias classes em um mesmo turno, sob a regência de um único professor, pode-se imaginar que alunos de 'classes' e 'séries' diferentes estivessem juntos, na mesma 'aula'. Desse modo, a institucionalização da seriação, mesmo que observada pelos docentes – que frequentemente informavam a progressão de alunos e os dividiam em classes e séries, indicando também nos mapas a idade – não foi imediatamente acompanhada das necessárias mudanças na estrutura física das instituições e não esteve garantida a correspondência de uma classe (da mesma série) para um docente.

Considerando as descrições abordadas, exemplos de situações encontradas no exame da documentação, é relevante notar que, em geral, nas escolas do município de Iguaçu, tanto do distrito sede quanto dos demais distritos, era recorrente a existência de um número maior de classes e alunos na 1ª série e um número menor de classes e alunos na 2ª, 3ª e 4ª séries. Por vezes, as classes de 2ª, 3ª e 4ª séries eram constituídas de 1 a 2 alunos. Importa advertir que as promoções no fim do primeiro semestre alteravam a organização dos turnos e classes no 2º semestre. Algumas classes eram extintas, outras, acrescidas de alunos.

O crescimento anual de matrículas (que também era mensal), a demanda pela alfabetização e a intensa migração para o município ocorrida nesse período podem explicar a oferta constante e maior de classes de 1ª série, situação verificada na maioria da documentação. Porém, esse ingresso crescente de alunos não progrediu nas séries posteriores, o que coloca em questão os limites da progressão dos alunos, ao menos nas escolas de Iguaçu, ou, ainda, os usos que crianças e famílias decidiram ou puderam fazer dessas escolas primárias.

A entrada de novos professores, a substituição, o licenciamento, as mudanças de catedráticas costumavam alterar a organização dos turnos, os horários de funcionamento, a distribuição das séries e classes em qualquer mês do ano. Foi constatado que os registros de oscilações na organização dos turnos, das séries e das classes correspondiam a mudanças nos registros de quadros de adjuntos. Houve reincidência de situações em que as professoras mudavam de turno e levavam consigo suas classes e a oferta de determinada série do ensino. Pode-se observar uma divisão do trabalho, segundo a qual algumas professoras estavam sempre lecionando nas classes de 1ª série e outras nas de 2ª e 3ª séries.

A redistribuição do trabalho em escolas com mais de um docente era demarcada pelas substituições e pelas licenças de professoras. Nem

sempre a professora que assumia o exercício em substituição recebia exatamente as mesmas turmas da outra, já que as demais professoras em exercício redefiniam o funcionamento dos turnos e classes. Nota-se que, nos mapas, a repetição das alterações nos turnos e na organização de séries parece ser constituinte desse processo de institucionalização da escola primária. Nota-se também que os professores participavam ativamente da dinâmica de organização do funcionamento das escolas.

O exame das alterações no quadro docente das escolas, ao longo dos meses e anos, evidencia a circulação de parte das professoras entre as escolas na região, pois vários nomes aparecem em diferentes escolas, em anos diferentes. Isso acontece com professoras extranumerárias, contratadas, as quais parecem ser mais suscetíveis às oscilações de lotação em unidades escolares. Há nomes de professoras 'interinas', não diplomadas, que circulavam entre escolas do mesmo distrito, substituindo professoras adjuntas ou catedráticas, por ocasião de licenças ou transferências. Pode-se esquadrinhar, também, a movimentação de professoras concursadas.

Além disso, essas alocações não acontecem apenas no começo do ano, mas são constantes e, por vezes, mensais. No exame comparativo entre as escolas de Iguaçu, principalmente as públicas estaduais, verifica-se sempre menção a docentes concursadas que não compareceram para tomar posse e entrar em exercício ou que se apresentaram na escola um dia, mas não voltaram, ou outras, muitas outras, que começaram a trabalhar, mas que foram logo 'transferida[s] para Niterói' (capital do estado) ou ficaram sob disponibilidade da Inspetoria, que entraram em longas licenças ou tinham faltas informadas com certa frequência. Por outro lado, o exame de muitas séries ou conjuntos de escolas também permitiu flagrar, com certa frequência, professoras catedráticas ou professoras municipais que atravessavam anos lotadas no mesmo estabelecimento.

Tanto a intensa movimentação dos docentes nas escolas públicas municipais e estaduais quanto as variações na organização dos turnos e séries, quanto ainda o ingresso mensal de novos alunos e o registro de alunos que deixavam as escolas no campo 'alunos eliminados neste mês' indicam o dinamismo dos processos de escolarização, os esforços, as tentativas e as dificuldades, respondidas conforme as demandas da institucionalização da escola primária.

Controlar a movimentação dos docentes e assegurar a permanência em exercício nas escolas também guardava relação direta com a 'contabilidade' da expansão do ensino. Nos documentos produzidos para dar a ver as realizações do governo na oferta de escolas, era comum, além da apresentação do crescimento do número de instituições, a intensificação desse efeito pela comparação com o número de classes existentes. Por isso, a ocupação das escolas implicava não apenas a matrícula e a frequência dos alunos, mas também a lotação e a frequência dos professores, pois a cada um deveria caber uma classe, que era, por sua vez, o critério para aferição do número de escolas existentes:

> Se attendermos a que a cada professor corresponde, normalmente, uma classe, seja em Grupos, seja em escolas isoladas, quando ocorre o excesso de matricula, poderemos dizer que o Estado do Rio possuía no ano findo [1926] 1.181 escolas, por isso que do número acima referido, deduzidos os 64 directores de Grupo, que não teem classe a seu cargo, os demais professores são regentes de classes. Aliás, seja a escola de dois turnos, com a cathedratica e uma adjunta, seja de um só turno, funccionando com dois professores em salas diversas, somente não será considera duas escolas no sentido estricto, porque o predio é comum, porém, no sentido amplo corresponde a duas unidades escolares (Rocha, 1927, p. 252).

No relatório do ano seguinte, o diretor de instrução fazia o mesmo exercício para contabilizar o número de escolas no interior de 738 'escolas de letras elementares', sendo 60 grupos escolares, 614 escolas isoladas, 64 subvencionadas.

> Esses 738 estabelecimentos de ensino primario [...] respondem sobejamente a 1.289 escolas, porque consoante o modo de apurar-se em outros Estados, eram 1.289 as classes de nossas escolas publicas em o anno de 1927. Para elucidação dos que não são technicos explica-se que cada classe tem um professor podendo funccionar uma ou mais classe no mesmo instituto, como ocorre nos Grupos Escolares: só existe de commum, além do prédio, o mobiliário (Rocha, 1928, p. 10).

Nesse mesmo relatório, retomava-se o recurso da comparação com o número de classes de outros estados para demonstrar a relevância do

ensino público no estado do Rio de Janeiro, que ocupava o 5º lugar no *ranking*: São Paulo: 6.601 classes; Minas Gerais: 4.518; Rio Grande do Sul: 2.505; Bahia: 1.347; Rio de Janeiro: 1.181 classes (Rocha, 1928). Entre os argumentos, o diretor da instrução alegava: "Pelo que respeita à estatística, que aprecia quantitativamente os factos escolares, os elementos colhidos com critério, expurgados de quaesquer duvidas, são animadores e asseguram o nosso progresso" (Rocha, 1928, p. 10).

Segundo Rosa Fátima de Souza, desde o século XIX, o modelo da escola graduada foi a solução experimentada em vários países europeus e nos Estados Unidos para a questão da universalização da educação elementar. Os esforços pela racionalização da 'organização pedagógica', tal como foi compreendida em diversos países, teve como consenso a adoção da classificação homogênea dos alunos, conferindo novos contornos às concepções sobre classe escolar e o surgimento da série (Souza, 2006). Contudo, foi longo e complexo o processo de definição da classe enquanto estrutura organizativa da escola graduada, porque havia o debate sobre a disposição das classes no espaço, se deveriam ser fisicamente separadas por salas de aula, se ficariam a cargo de professores ou monitores etc. (Souza, 2006). No Brasil, quanto ao modelo da escola graduada, a ênfase foi maior nos métodos e processos de ensino do que, imediatamente, nas transformações físicas da escola e da correlação entre várias salas de aulas e professores, sob a alegação dos custos do empreendimento (Souza, 2006).

Interessante notar, conforme a análise dos mapas de frequência, que a classe era utilizada como núcleo de ordenação da seriação do ensino, ainda que a correspondência classe-professor-sala de aula, sustentada pelo Diretor da Instrução, não fosse a regra das escolas em Iguaçu. Ademais, de sua ótica, se o número de classes evidenciava os esforços promovidos na expansão da escola primária no estado, se normatizações eram adotadas para estender o tempo de permanência dos alunos na escola e outras providências eram tomadas contra a 'deserção da regência', os mapas de frequência ainda informavam, no entanto, que em escolas situadas em regiões populosas do município de Iguaçu, por vezes, crianças eram matriculadas, mas aguardavam em casa a chegada de novas professoras.

As condições materiais de funcionamento das escolas em Iguaçu, eventualmente comentadas nas observações das professoras nos mapas de frequência, evidenciam alguns dos problemas enfrentados na institucionalização das escolas e do regime graduado. Suspensão ou atraso

do começo das aulas devido à falta de carteiras ou necessidades de reparos nos prédios, obras, falta de energia elétrica, enchentes, desabamentos, entre outros, participavam do cotidiano das escolas.

Os usos e a conformação do tempo escolar também concorriam, além das práticas dos docentes e dos instrumentos normativos dos governos, com o mundo do trabalho e as condições de acesso e salubridade da própria localidade em que estavam as escolas. A situação das escolas em Iguaçu permite considerar os descompassos, a paradoxal relação entre a adoção da seriação, com base na classificação dos alunos por idade escolar em classes, e a inviabilidade do espaço físico das escolas.

Naquele período, os debates sobre a construção de um lugar específico para as escolas, sobretudo a partir da crítica às escolas existentes em lugares precários, sem mobiliário etc., não repercutiram em ações eficazes para a transformação dos espaços existentes (Souza, 2006).

No estado do Rio de Janeiro, ainda que a construção de grupos escolares estivesse em pauta e ocorresse, mesmo que de forma vagarosa, as soluções empreendidas pela administração estadual perduraram entre o aluguel de prédios, a parceria com municípios, particulares e associações e, somente na década de 1940, haveria maior esforço para a edificação de prédios escolares. O recurso ao aluguel de prédios para a instalação de escolas é sintomático das soluções que foram colocadas em prática à medida que se expandia a criação de escolas. O enraizamento da 'forma escolar' (Vincent, Lahire & Thin, 2001) para a instrução primária era um processo em curso, concomitante à expansão do ensino, submetido às especificidades locais.

A situação dos prédios escolares em Iguaçu e a permanência, no horizonte das sucessivas administrações estaduais, do problema da instalação das escolas agregam subsídios ao exame do perfil de escolas. O aluguel é um aspecto revelador da instabilidade das escolas, que poderiam ser removidas de prédios, despejadas e transferidas em razão da interferência da lógica imobiliária. De fato, para a rede de escolas isoladas públicas, os professores e as classes, a condição de mista, masculina ou feminina, o grau de ensino ofertado e o nome da localidade eram referências mais sólidas para identificar a existência do ensino ali sediado do que os prédios nos quais estavam alocadas as escolas. Foi no curso do processo que a identidade entre escola-prédio, com atribuições também de denominações singulares (homenagens a pessoas, lugares, datas etc.), foi

indexando a escola com um espaço singularmente produzido para modos específicos de socialização.

Considerações Finais

Os aspectos que emergiram da análise da documentação permitem sustentar a hipótese de que a escola isolada, principal meio da expansão da escola primária no estado do Rio de Janeiro e no município de Iguaçu, apresenta características materiais e de organização que, na experiência dos sujeitos nela imersos e na localidade em que estão inscritas, esboçam um tipo de escola híbrida, suscetível a diferentes modos de organização e funcionamento da graduação escolas, das classes, séries, turnos.

As escolas isoladas que foram identificadas em Iguaçu nas décadas de 1930 e 1940 apresentam especificidades que foram sendo gestadas no processo. A configuração da escola primária fluminense foi sendo construída, experimentada, em meio aos projetos, interesses e expectativas de diversos grupos sociais e submetida aos condicionantes de ordem material, ou seja, daquilo que era possível viver. É na dinâmica da história, em face dos problemas surgidos, dos resultados, dos recursos disponíveis, que aquele modo de socialização foi integrando a vida, foi escolarizando a sociedade.

É relevante, como demonstram os resultados apresentados neste artigo, impor distância crítica das oposições entre grupos escolares e escolas isoladas, as quais, nos debates contemporâneos ao período em foco, engessavam a compreensão da escola isolada como símbolo do atraso, como aquilo que devia ser superado. Compartilha-se da noção de que é preciso "[...] considerar as inovações introduzidas nessas escolas primárias na transição do século XIX para o século XX e a relevância que elas tiveram na escolarização da população brasileira" (Souza & Faria Filho, 2006, p. 44).

Pela metodologia adotada, abrindo mão de identificar previamente, em função da bibliografia existente, se as escolas de Iguaçu eram casas escolas e/ou grupos escolares, surpreende-se, com base nas fontes, um processo de composição, de imbricação, com permanências, rupturas e hibridismos entre a escola isolada e modelos de graduação e seriação pela classe e idade escolar.

Se havia um consenso, era sobre a necessidade de instrução elementar. Os conteúdos, modos e formatos dessa forma de socialização, que seria inscrita na identificação da materialidade singular da escola,

ainda eram um ensaio. O grupo escolar era modelo, sim. Era considerado a melhor forma delineada do ensino primário, almejada em diversas reformas estaduais da instrução. No entanto, em Iguaçu, a presença do 'modelo' em uma das principais ruas do distrito sede coexistia com outros modos de inserção no universo das letras.

Os mapas de frequência, ao fornecer indícios da distribuição nas escolas em um mesmo município, constituem uma fonte importante para os estudos de história local e dos processos de escolarização. É um acervo importante para o estudo da escola primária dos municípios fluminenses.

O trabalho sistemático com os mapas de frequência de escolas do município e o cruzamento com outras fontes afirmam a expressiva presença de escolas públicas estaduais e municipais de ensino primário em Iguaçu e no distrito sede – nas décadas de 1930 e 1940. No município, em todo período coberto pela pesquisa, a presença de escolas foi maior no distrito sede. Não só os endereços e atribuições registrados nas fontes, mas também o trabalho de localização realizado na pesquisa, revelaram a maior presença de escolas nas principais ruas e no entorno central do distrito sede. Para além do interesse sobre a história local, a experiência da microanálise (Revel, 1998) imposta por esse tipo documental institui uma escala de observação para a compreensão da diversidade e da heterogeneidade dos processos de escolarização e, assim, fomenta o debate historiográfico sobre o tema.

Quanto ao formato das escolas, da seriação de ensino ofertada, da organização de turnos, dos professores e alunos por elas distribuídos, verificamos a existência de múltiplas experiências de escolas primárias no município, sendo, contudo, predominante a escola isolada até as três primeiras séries do ensino. 'Escola isolada', portanto, abarca uma diversidade de situações na composição de turnos, séries e classes, no quadro de docentes e de alunos. Assim, ao mesmo tempo em que se descortinam as tentativas de classificação dos alunos por idade, séries e classes, distinguem-se também diversas composições possíveis entre essas vertentes, dando a ver um modelo híbrido de escolarização, em que coexistiram matrizes antigas e novas formas de organização do ensino, dos alunos e dos docentes.

Referências

Abreu, J. (1955). *O sistema educacional fluminense*: uma tentativa de interpretação e crítica. [Rio de Janeiro, RJ]: Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos.

Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ). (1938-1939). *Coleções de leis do Estado do Rio de Janeiro*.

Dias, A. (2014). *Entre laranjas e letras*: processos de escolarização no distrito-sede de Nova Iguaçu (1916-1950). Rio de Janeiro, RJ: Quartet.

Faria Filho, L. M. (2000). *Dos pardieiros aos palácios*: cultura escolar e urbana em Belo Horizonte na Primeira República. Passo Fundo, RG: UPF.

Faria Filho, L. M. (2007). Instrução elementar no século XIX. In E. M. S. T. Lopes, C. G. Veiga, & L. M. Faria Filho. *500 anos de educação no Brasil* (p. 135-150). Belo Horizonte, MG: Autêntica.

Faria Filho, L. M., & Bertucci, L. M. (2009). Experiência e cultura: contribuições de E. P. Thompson para uma história social da escolarização. *Currículo sem Fronteiras, 9*(1), 10-24. Acessado em: http://www.curriculosemfronteiras.org/artigos.htm

Anuário Geográfico do Estado do Rio de Janeiro. (1948). 1.

Lesage, P. (1999). A pedagogia nas escolas mútuas do século XIX. In: M. H. C. Bastos, L. M. Faria Filho (Orgs.). *A escola elementar no século XIX*: o método monitorial/mútuo (p. 9-24). Passo Fundo, RS: Ediupf.

Revel, J. (1998). Microanálise e construção do social. In J. Revel. *Jogos de escalas*: a experiência da micro análise (p. 15-38). Rio de Janeiro, RJ: FGV.

Rocha, J. D. G. (1927). *Relatório da Diretoria da Instrução Pública apresentado ao Secretário do Interior e Justiça pelo Diretor da Instrução Pública*. Rio de Janeiro, RJ: Tipografia do Jornal do Comércio.

Rocha, J. D. G. (1928). *Relatório apresentado pelo Dr. José Duarte Gonçalves da Rocha. Director da Instrucção Publica ao Exmo. Snr. Secretario do Interior e Justiça em 30 de junho de 1928.* Niterói, RJ: Officinas Graphicas da Escola Profissional.

Schueler, A. (2010). "Grandeza da Pátria e Riqueza do Estado": expansão da escola primária no Estado do Rio de Janeiro (1893-1930). *Revista de Educação Pública, 19*(41), 535-550. Acessado em: http://www.ie.ufmt.br/revista/sistema/revistas/arquivos/1306509325.pdf

Souza, R. F. (2006). Espaços da educação e da civilização: origens dos grupos escolares no Brasil. In D. Saviani. *O legado educacional do Século XIX no Brasil* (p. 33-84). Campinas, SP: Autores Associados.

Souza, R. F., Faria Filho, L. M. (2006). A contribuição dos estudos sobre grupos escolares para a renovação da História do Ensino Primário no Brasil. In D. G. Vidal (Org.). *Grupos escolares*: cultura escolar primária e escolarização da infância no Brasil (1893-1971) (p. 21-56). Campinas, SP: Mercado das Letras.

Vidal, D. G. (Org.). (2008). *Educação e reforma*: o Rio de Janeiro nos anos 1920-1930. Belo Horizonte, MG: Argvmentvn.

Vincent, G., Lahire, B., & Thin, D. (2001). Sobre a história e a teoria da forma escolar. *Educação em Revista, 33*, 7-47.